CAPÍTULO XIII

Da verificação periódica de instrumentos de medição

Artigo 185.º

1 — As firmas que utilizem instrumentos de medição no exercício do comércio e indústria, devem proceder à verificação dos instrumentos de 1 de Janeiro a 30 de Novembro de cada ano, na oficina de aferição que se encontra aberta às segundas-feiras, nas horas normais de expediente.

2 — Os utilizadores que prefiram a verificação feita nos seus estabelecimentos ficarão sujeitos ao pagamento dos adicionais e ajudas de custo e deslocação.

Artigo 186.º

1 — A verificação periódica será requerida através de impresso próprio, ou requerimento, nos seguintes casos excepcionais:

- a) Início de actividade;
- b) Aquisição de instrumentos novos ou usados;
- c) Instrumentos cuja verificação tenha caducado;
- d) Instrumentos cujas marcações tenham sido inutilizadas;
- e) Instrumentos cuja verificação periódica no ano em causa não tenha sido executada até 30 de Novembro;
- f) Excepcionalmente, quando regulamentos específicos de cada categoria de instrumentos assim o determinem.

Artigo 187.º

1 — Os utilizadores de instrumentos de medição devem por à disposição das entidades competentes os meios materiais e humanos indispensáveis ao controlo metrológico dos mesmos, sempre que tal seja solicitado.

2 — Os utilizadores deverão conservar os instrumentos de medição em bom estado de funcionamento e manter os documentos comprovativos do controlo metrológico junto dos respectivos instrumentos.

Artigo 188.º

1 — Pela verificação periódica são devidas taxas pagas contra recibo, mediante guias, no prazo de 30 dias, qualquer que seja a entidade interessada, pública ou privada.

2 — O montante das taxas será fixado por despacho ministerial.

Artigo 189.º

Todos os utilizadores que não submetam a verificação periódica os instrumentos, incorrem em contra-ordenação que poderá levar ao impedimento de funcionamento e, até, à apreensão dos instrumentos respectivos perdidos a favor do Estado.

§ 1.º A aplicação da coima será de montante entre 5,00 euros a 5000,00 euros.

§ 2.º A negligência é punível.

CAPÍTULO XIV

Das águas

Artigo 190.º

Revogado pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março.

Artigo 191.º

Só é permitido lavar roupa nos lavadouros públicos ou, quando fora destes, nas seguintes condições:

1 — Dentro do perímetro urbano da sede do concelho, mas somente nas zonas servidas pelas redes de água e saneamento, em instalações existentes nos prédios ou logradouros e que não se dividem da via pública.

2 — Fora daquelas zonas, junto às margens das correntes de águas públicas, respeitando-se os limites fixados na lei.

Artigo 192.º

É proibido:

1 — Tornar as águas públicas prejudiciais ou inúteis para aqueles que têm direito ao seu uso, embaraçar-lhes o curso natural ou alterar a sua direcção, salvo o disposto na lei.

2 — Utilizar as águas de fontes, tanques, reservatórios e chafarizes públicos para, no local, praticar actos de higiene corporal, lavar quaisquer objectos, animais, viaturas ou ainda conspurcá-las por outra forma, designadamente bebendo-a com a aplicação da boca nos respectivos bicos ou torneiras.

3 — Fazer diminuir o caudal das fontes públicas e pretender esvaziar os depósitos ou reservatórios públicos.

4 — Aproveitar águas públicas para fins distintos daqueles a que se destinam.

5 — Recolher a água dos chafarizes públicos, sem autorização municipal, em pipas, dornas ou vasilhas de capacidade superior a um almude.

6 — Tirar água dos tanques públicos destinados a dar de beber aos animais.

7 — Extrair areia, terra ou pedras do leito ou das margens das correntes de águas públicas municipais.

8 — Plantar árvores a menos de 10 m das nascentes e fontes públicas ou a menos de um das canalizações de águas, salvo os direitos adquiridos e o disposto nas leis gerais ou especiais.

9 — Efectuar a apropriação de água fora dos dias e horas correspondentes ao direito à água comum.

§ 1.º Nos lavadouros públicos é proibido:

- a) Dar vazão às águas em condições de serem utilizadas;
- b) Tomar banho ou proceder a lavagens corporais;
- c) Lavar animais;
- d) Lavar viaturas;
- e) Empregar nas lavagens matérias corrosivas;
- f) Conspurcar as águas por qualquer forma;
- g) Lavar, sem prévia classificação, roupa de pessoas portadoras de doença contagiosa.

§ 2.º De um modo geral, é proibida a utilização dos lavadouros públicos para fins diferentes daquele a que são destinados.

§ 3.º Aos utentes dos lavadouros públicos não é permitido:

- a) Alterar a ordem de chegada;
- b) Marcar lugares com antecendência;
- c) Demorar sem necessidade ou por acinte a sua ocupação;
- d) Incomodar ou prejudicar os utentes;
- e) Proferir obscenidades ou, de qualquer outro modo, provocar escândalo público.

Artigo 193.º

As infracções ao preceituado nos artigos 191.º a 193.º serão punidas com as seguintes coimas:

- a) 7,50 euros a 50,00 euros — artigo 191.º
- b) 15,00 euros a 90,00 euros — artigo 192.º
- c) 5,00 euros a 75,00 euros — artigo 193.º

§ 1.º Todo aquele que, fora dos casos específicos anteriormente previstos e regulados, impedir ou dificultar o normal aproveitamento de água, incorrerá na coima de 2,50 euros a 25,00 euros.

§ 2.º A aplicação de coima ao infractor não inibe a Câmara de exigir indemnização pelos prejuízos que sejam causados aos bens do domínio público municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**Regulamento n.º 147-M/2007**

Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, submete-se a apreciação pública, pelo período de 30 dias, o projecto de Regulamento de Alienação do Direito de Superfície sobre Imóveis para Construção e Instalação de (a definir), aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 30 de Maio de 2007, conforme consta do edital n.º 224/2007, afixado nos Paços do Município em 31 de Maio de 2007.

Projecto de Regulamento de Alienação do Direito de Superfície sobre Imóveis para Construção e Instalação de (a definir)

PARTE I

Regras gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento destina-se a regular o procedimento administrativo de alienação do direito de superfície sobre imóveis, por parte do Município de Vila Franca de Xira, para construção e instalação de (a definir) na parcela de terreno sita ..., conforme consta da planta anexa e que faz parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 2.º

Hasta pública

A alienação do direito referido no artigo 1.º será efectuada em hasta pública, a realizar às —... horas, no dia ..., em ...

Artigo 3.º

Requisitos da candidatura

1 — A candidatura à hasta pública formaliza-se através do preenchimento do requerimento tipo a fornecer pelos serviços.

2 — Com o requerimento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Comprovativo da prestação de caução no valor de 10% do preço base da aquisição do direito de superfície a que o interessado se candidata;

b) Comprovativo da regularização contributiva junto da Segurança Social e das Finanças;

c) Declaração subscrita pelo próprio, contendo o número de identificação, a data de emissão do respectivo documento e que cumprirá todas as obrigações decorrentes da aquisição do direito de superfície e as normas legais aplicáveis;

d) Declaração de que tem a possibilidade de apresentar o pedido de licenciamento da construção no prazo de 180 dias a contar da data da atribuição do direito referido no artigo 1.º;

e) Declaração de que tem a possibilidade de construir e concluir a obra de acordo com o previsto no ponto 3 do artigo 6.º do presente Regulamento.

Artigo 4.º

Da caução

1 — Cada candidato deverá prestar uma caução no valor de 10% do preço base da aquisição do direito de superfície a que o interessado se candidata;

2 — Sendo-lhe atribuído o direito referido no artigo 1.º, essa quantia assumirá a natureza de princípio de pagamento e será deduzida no preço total. Em caso de preterição o candidato terá o direito ao reembolso da quantia prestada, sem juros.

3 — Em caso de desistência, sem causa considerada justificativa:

a) Devolver-se-á 50% da caução a que se refere o n.º 1 do presente artigo, se for comunicada antes da decisão de atribuição do direito referido no artigo 1.º, a alienar, pela Câmara Municipal.

b) Caso seja comunicada após tal deliberação, o candidato não terá direito a qualquer reembolso.

4 — A devolução das quantias previstas nos n.ºs 2 e 3 da alínea *a)* deste artigo será realizada no prazo de 30 dias.

Artigo 5.º

Da propriedade da parcela de terreno

A nua propriedade da parcela de terreno pertencerá sempre ao município de Vila Franca de Xira.

Artigo 6.º

Das obrigações do superficiário

1 — O concorrente a quem for atribuído o direito referido no artigo 1.º, compromete-se a apresentar um projecto a aprovar pela

Câmara Municipal, para construção e instalação de (a definir) a suas expensas.

2 — O processo a que se reporta o projecto é um processo de licenciamento completo, que será apreciado nos termos da legislação em vigor para o licenciamento de obras de edificação em geral, sem prejuízo da aplicação de legislação específica para o caso em apreço.

3 — O concorrente a quem for atribuído o direito referido no artigo 1.º terá de apresentar na Câmara Municipal um pedido de licenciamento da construção no prazo de 180 dias a contar da data da atribuição do referido direito e iniciar a construção no prazo de 30 dias após a emissão da licença de construção e concluí-la de acordo com a calendarização da obra aprovada, não podendo nunca exceder o prazo de dois anos sob a data da emissão da licença de construção.

4 — O concorrente a quem for atribuído o direito referido no artigo 1.º fica obrigado a manter a parcela de terreno, bem como a obra, em perfeito estado de conservação, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias nas construções e instalações objecto do direito de superfície.

Artigo 7.º

Do direito de superfície

1 — O direito de superfície será constituído por um prazo de cinquenta anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos de cinco anos, mediante prévio acordo das partes, o qual será sempre exigível.

2 — O direito de superfície inicia-se na data da celebração da escritura pública.

3 — O direito de superfície terá por objecto a realização das obras necessárias à instalação de (a definir) e a sua posterior exploração.

4 — A utilização da parcela de terreno alienado para fim diverso do previsto no número anterior depende da autorização da Câmara Municipal.

Artigo 8.º

Da transmissão do direito de superfície

1 — A transmissão entre vivos do direito de superfície carece do consentimento da Câmara Municipal, sob pena de ineficácia.

2 — A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira gozará sempre do direito de preferência em primeiro grau, na alienação do direito por acto *inter vivos* e na adjudicação em liquidação e partilha da sociedade, sendo esse direito de preferência exercido de harmonia com as normas regulamentares estabelecidas no Decreto n.º 862/76, de 22 de Dezembro.

Artigo 9.º

Da reversão

1 — A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira pode obter a reversão do direito de superfície mediante justa indemnização calculada nos termos do artigo 9.º do presente Regulamento:

a) Quando o superficiário utilize a obra para fim diverso do mencionado ou autorizado.

b) Quando o superficiário deixar de pagar as prestações que constituem o preço relativo ao cânon, relativas a dois anos.

c) Quando o superficiário não iniciar a construção no prazo de 30 dias após a emissão da licença de construção e não a concluir de acordo com a calendarização da obra aprovada, não podendo nunca exceder o prazo de dois anos sob a data da emissão da licença de construção.

2 — Só é permitido ao superficiário, a título de locação ou por qualquer outro meio, ceder a utilização da parcela de terreno com o consentimento da Câmara Municipal, não podendo o locatário ou cessionário dar uma aplicação diversa da prevista no presente regulamento, sob pena da mesma reverter para o município.

Artigo 10.º

Das indemnizações

1 — No caso de extinção do direito de superfície pelo decurso do prazo ou por resolução do contrato, o superficiário terá direito além do mais que no último caso lhe caiba, a uma indemnização consistente no valor real da obra ao tempo em que a indemnização se calcula, o qual incluirá as benfeitorias que tenham sido efectuada, tomando-se como base o custo da construção a esse tempo e descontando-se quer as depreciações derivadas do mau estado de conservação e de outras causas que lhe diminuam o valor para ulterior utilização quer todos os encargos financeiros que estiverem por liquidar.

2 — Se a extinção resultar de reversão, nos termos do artigo 9.º do presente Regulamento, a indemnização a que o superficiário terá direito calcular-se-á nos termos dos artigos 473.º e 482.º do Código Civil.

3 — Na ausência de acordo sobre o montante da indemnização, será este fixado por uma comissão arbitral, composta de três peritos, dos quais uma das partes nomeará um, sendo o terceiro designado por acordo ou por nomeação do tribunal.

4 — No caso de o antigo superficiário assim o requerer, a comissão poderá fixar sumariamente um valor provisório para a indemnização do qual serão logo devidos dois terços.

5 — O pagamento pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira da indemnização prevista no presente artigo poderá ser feito em prestações distribuídas por um prazo máximo de dez anos, pagando então a Câmara Municipal um juro anual a fixar em função da taxa básica de desconto do Banco de Portugal, sobre as quantias cujo pagamento seja deferido.

Artigo 11.º

Do cânon superficiário

1 — Pela alienação do direito de superfície, o cânon superficiário a pagar anualmente ao Município, no mês de Janeiro de cada ano, é de ... euros.

2 — A Câmara Municipal poderá rever o preço estipulado no número anterior sempre que se verifique alteração das condições de aproveitamento do terreno, por modificação das normas regulamentares do plano de ocupação do solo, nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.

PARTE II

Do concurso público

Artigo 12.º

Do edital

O edital de abertura do concurso será afixado nos lugares públicos do costume e publicado pelo menos num jornal semanal, num jornal diário e num local, e dele constarão obrigatoriamente:

- Localização, área e demais informações relativas ao direito a alienar, referido no artigo 1.º;
- A necessidade de prestar caução, nos termos do artigo 4.º;
- As datas e horas de abertura e encerramento das diversas fases do concurso;
- O local e horas onde poderão ser prestados esclarecimentos e entregues as propostas em envelope fechado e lacrado e onde devem ser feitas as inscrições, apresentados os projectos e realizada a licitação oral.

Artigo 13.º

Da entrega das propostas

1 — As propostas de compra deverão ser entregues no local e até ao último dia e horas indicados no edital de abertura do concurso em envelope fechado e lacrado, identificado por fora apenas com o nome do concorrente.

2 — O valor das propostas de compra só será conhecido com a abertura dos envelopes, em sessão pública em local a designar, no dia útil imediatamente a seguir ao termo do prazo para entrega das propostas previsto no edital de abertura do concurso.

Artigo 14.º

Da hasta pública

1 — Conhecidos os valores das propostas de compra, proceder-se-á em acto contínuo à licitação oral entre todos os concorrentes em relação ao direito de superfície, devendo constar da acta da reunião os lanços referidos.

2 — Não serão admitidos lanços inferiores a ..., a partir do valor da proposta mais elevada, sobre a qual se iniciará a licitação.

3 — Sem prejuízo do disposto na parte IV, só poderão participar na licitação verbal os concorrentes que tiverem cumprido todos os requisitos exigidos neste Regulamento.

Artigo 15.º

Da atribuição

1 — Finda a licitação, anotam-se as propostas recebidas e o preço máximo atingido, elementos que servirão de base à atribuição definitiva.

2 — Se não houver licitações, serão tomadas em consideração apenas as propostas apresentadas nos envelopes fechados e lacrados.

3 — Caso haja duas ou mais propostas base de igual valor e os concorrentes não quiserem licitar, far-se-á um sorteio entre os referidos proponentes, no acto da hasta pública, anotando-se a ordem pela qual foram sorteados para permitir a elaboração da lista definitiva e a consequente aplicação do artigo 14.º, n.º 1.

a) Não estando presentes todos os proponentes no acto da hasta pública, serão os mesmos notificados em carta registada, com aviso de recepção, para um dia e hora em que o sorteio terá lugar;

b) O sorteio será feito apenas entre aqueles que estiverem presentes nesse dia e hora, sendo que os faltosos serão colocados em último lugar desse grupo de concorrentes, só se sorteando entre eles se os anteriores vierem a desistir.

4 — A lista definitiva de atribuição será apresentada para deliberação na primeira reunião de Câmara que estiver agendada.

5 — Após a deliberação referida no número anterior, os contemplados serão notificados através de carta registada.

Artigo 16.º

Dos critérios de atribuição definitiva

O critério da atribuição basear-se-á apenas nos montantes oferecidos ao longo das várias fases do concurso, sendo atribuído o direito referido no artigo 1.º à proposta de valor mais elevado.

Artigo 17.º

Do direito atribuído

1 — A atribuição do direito referido no artigo 1.º será feita de acordo com os critérios referidos no artigo 14.º

2 — Desistindo o contemplado, o direito referido no artigo 1.º será atribuído ao candidato que tiver feito a proposta de valor imediatamente inferior, tenha ou não estado presente na licitação oral, e assim sucessivamente até à última recusa ou desistência.

PARTE III

Dos contratos e procedimentos

Artigo 18.º

Conteúdos dos contratos

Das escrituras de compra e venda do direito referido no artigo 1.º constarão sempre de modo expresso os eventuais ónus a que cada proprietário fica sujeito.

Artigo 19.º

Da afixação do preço

O preço base de venda do direito referido no artigo 1.º é de ... euros.

Artigo 20.º

Modo de pagamento

1 — O pagamento do direito referido no artigo 1.º será feito na Tesouraria da Câmara Municipal e do seguinte modo:

- 10% no acto da inscrição, conforme estabelecido no artigo 4.º;
- 30% nos trinta dias subsequentes à recepção referida no artigo 15.º, n.º 5;
- 60% no acto da escritura, a ter lugar no prazo máximo de 180 dias após a emissão da licença de utilização da totalidade do prédio urbano.

2 — Havendo diferença entre o preço base e a proposta do corrente, o acerto das percentagens será feito na altura do pagamento referido na alínea b) do ponto anterior.

3 — No valor das propostas, presume-se sempre que o IVA não está incluído, somando-se ainda as despesas fiscais a satisfazer.

PARTE IV

Do incumprimento

Artigo 21.º

Da exclusão

1 — São, entre outros, motivos de exclusão dos candidatos:

- a) Não preencherem os requisitos do artigo 3.º;
- b) Não terem entregue no prazo de validade do concurso os documentos referidos no artigo 3.º ou a proposta de compra;
- c) Terem apresentado dolosamente falsas ou inexactas declarações ou usarem de qualquer outro meio fraudulento para obterem o direito referido no artigo 1.º, sem prejuízo do procedimento judicial a que haja lugar.

2 — Os candidatos excluídos nos termos da alínea a) do n.º 1 ficam equiparados, quanto aos efeitos, aos casos de desistência sem causa considerada justificada.

Artigo 22.º

Consequências do incumprimento

1 — O não cumprimento do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º implica a não aceitação da candidatura.

2 — O não cumprimento das alíneas b) e c) do mesmo artigo 20.º acarreta a exclusão do concorrente faltoso, com a conseqüente perda do direito de aquisição, revertendo para a Câmara Municipal todas as quantias pagas até ao momento.

3 — Em caso de, sem justificação aceitável, falta de comparência à escritura, ou de apresentação de documentos imprescindíveis à sua realização, até à data prevista para a sua celebração, aplicar-se-á o mesmo regime previsto no número anterior.

Artigo 23.º

Nulidades

São nulos e de nenhum efeito os actos ou contratos celebrados em violação do disposto neste regulamento.

PARTE V

Disposições finais

Artigo 24.º

Hasta pública deserta

Caso a hasta pública fique deserta será aberto novo procedimento, nos termos do presente regulamento, sendo o valor base de licitação, igual a 70% do valor base de licitação mencionado no artigo 19.º

Artigo 25.º

Legislação aplicável e normas supletivas

Ao presente Regulamento aplicar-se-ão, nos casos omissos, a lei geral e as disposições do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, do Decreto n.º 182/72, de 30 de Maio, da Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948, e do Decreto-Lei n.º 218/82, de 2 de Junho.

Artigo 26.º

Inoponibilidades

1 — São inoponíveis às entidades financiadoras do empreendimento objecto do direito de superfície referido no artigo 1.º, as normas deste Regulamento que condicionam a transmissão *inter vivos* do edifício construído ou a fazer prevalecer o direito de preferência do município, consignado no n.º 2 do artigo 8.º, permitindo-se àquelas entidades a sua livre alienação na sequência de processo executivo.

2 — Em caso de reversão, subsistem os direitos de hipoteca registados a favor das mesmas entidades financiadoras.

Artigo 27.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 10 dias após a sua publicação.

31 de Maio de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria da Luz Rosinha*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL

Aviso n.º 12 419-X/2007

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 100.º do Estatuto de Aposentação, foram desligados do serviço para efeitos de aposentação, produzindo a vacatura dos respectivos lugares, os seguintes funcionários:

José Manuel Morgado — cantoneiro de limpeza, desde 7 de Março de 2006, com a pensão de 487,28 euros.

António Amândio Ondas Carvalho — cantoneiro de arruamentos, desde 7 de Março de 2006, com a pensão de 660,01 euros.

30 de Março de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António da Silva Pinto Nazaré Pereira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Edital n.º 567-J/2007

Manuel João Fontainhas Condenado, presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, faz pública, em cumprimento do disposto no artigo 91.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a rectificação ao edital n.º 35/2007, de 17 de Abril de 2007, qual seja:

Artigo 5.º

Condições de candidatura

1 — (*Igual*.)

a) (*Igual*);

b) (*Igual*);

c) (*Igual*);

d) (*Igual*);

e) (*Igual*);

f) (*Igual*);

g) (*Igual*);

h) Não possuírem rendimento ilíquido *per capita* do agregado familiar superior a uma vez e meia o valor do salário mínimo nacional.

Para constar e legais efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume. E eu, chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

28 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*.

Edital n.º 567-L/2007

Manuel João Fontainhas Condenado, presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, faz público que a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, na 2.ª Sessão Ordinária realizada a 26 de Abril de 2007, aprovou a proposta de projecto de alteração ao Regulamento Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas — Direito de Passagem, a qual, sob forma de projecto, foi publicada no apêndice ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 225, de 22 de Novembro de 2006, e objecto de apreciação pública, nos termos do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Para constar e legais efeitos se faz público o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume. E eu, chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

29 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel João Fontainhas Condenado*.